

A HORA DA VERDADE

Bolsonaristas apagam vídeos após operação da PF

Canais alinhados ao ex-presidente no YouTube tiraram do ar 1,5 mil conteúdos nos dois dias seguintes às buscas e apreensões, estratégia já observada em outros momentos sensíveis ao ex-titular do Planalto e aliados. Material inclui ataques ao STF

sonar
A ESCUTA DAS REDESMARLEN COUTO
marlen.couto@globo.com.br

Nos dois dias seguintes à operação da Polícia Federal que mirou Jair Bolsonaro (PL) e aliados, na semana passada, canais que compõem o ecossistema digital bolsonarista no YouTube apagaram ou tornaram privados mais de 1,5 mil vídeos. O volume é superior ao contabilizado em dias anteriores, quando menos de 200 conteúdos foram deletados diariamente por contas desse campo. A "limpeza" foi detectada em monitoramento da empresa de análise de dados Novelo Data, que faz acompanhamento do comportamento de perfis de extrema direita na rede social.

A remoção foi uma medida tomada pelos próprios canais, e não motivada por ação da plataforma ou decisão judicial. A estratégia de influenciadores pró-Bolsonaro é recorrente em momentos de operações contra investigações por ataques a instituições, e também foi observada após reverses judiciais do ex-presidente e aliados nos últimos meses.

Em julho do ano passado, por exemplo, o perfil do deputado Gustavo Gayer (PL-GO) escondeu pouco mais de 200 vídeos, entre eles conteúdos com menções ao Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) e a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), após julgamento na Corte Eleitoral que tornou Bolsonaro inelegível.

Na leva mais recente, os que fizeram mais remoções foram os canais ZangãoBlues, do jornalista Toby Cotrim, com 183 mil inscritos, e BolsoNews B.N, que soma 323 mil seguidores e tem seu autor não identificado. Outro destaque é a conta Conservador e Patriota, do ex-candidato a deputado federal e pastor Alberto Juhanski (PTB-PR), com 163 mil inscritos.

MORAES E LULANAMIRA

Bom parte dos vídeos retirados do ar trata de temas da política brasileira e menciona autoridades, como ministros do STF e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou ainda são aliados a discursos de Jair Bolsonaro. O GLOBO não conseguiu recuperar a íntegra dos vídeos deletados ou tornados privados, mas foi possível verificar títulos e descrições.

Entre os 524 vídeos excluídos pelo canal de Cotrim, por exemplo, parte dos títulos já sinalizava ataques a Alexandre de Moraes, relator dos inquéritos que miravam investigar os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Um deles chamava seguidores do canal pelo texto "Exija o impeachment do Alexandre de Moraes".

A conta também removeu uma postagem em que defendia paralisação geral pelo "voto auditável impresso", feita nas eleições de 2022, e vídeos que miravam o STF. Há postagens em que Cotrim sugere que Lula não assumirá o cargo ou que as Forças Armadas têm tudo sob controle, feitas em dezembro de 2022, em meio aos acampamentos golpistas pró-Bolsonaro e antes

MEDIDA RECURRENTE NO YOUTUBE

Os momentos em que canais bolsonaristas deletaram ou esconderam conteúdo na plataforma, segundo monitoramento da Novelo Data



assim como a de outros youtubers de direita", disse, acrescentando que "não houve qualquer pressão" da PF e que seus vídeos "são de total conhecimento das autoridades e muito fácil para eles removê-los".

CRÍTICAS À INVESTIGAÇÃO

Ja o perfil de Alberto Juhanski, que disputou as eleições de 2022 no Paraná, excluiu 387 publicações após a operação. Um dos vídeos removidos, publicado no último dia 9, fazia menção direta à investigação sobre tentativa de golpe de Estado.

No título da postagem, Juhanski questionava: "Será que vão prender o capitão?". Foram ainda identificadas na lista de conteúdos excluídos postagens que apontavam iminente prisão ou impeachment de Lula. Em uma dessas publicações, de junho do ano passado, Juhanski trocou letras por números para burlar a moderação das redes e chegou a questionar já no título: "Mort3 de Lula e ministros do STF em desespero, o que está acontecendo?".

Em outro conteúdo, ele afirmava que "ilegalidades" dos pri-seles pelos atos golpistas são "escandalosas". O canal BolsoNews, criado em 2020, retirou do ar 316 vídeos em dois dias. Parte das postagens também cita o STF, Moraes e o TSE em suas descrições e títulos, mas não há ataques explícitos. Procurados, Juhanski e o canal BolsoNews não responderam.

O canal BolsoNews, criado em 2020, retirou do ar 316 vídeos em dois dias. Parte das postagens também cita o STF, Moraes e o TSE em suas descrições e títulos, mas não há ataques explícitos. Procurados, Juhanski e o canal BolsoNews não responderam.

Secom muda tom depois de ironia a rivais irritar Planalto

Presidente cobrou explicações de ministro por meme em dia de operação contra Carlos Bolsonaro; Pimenta deu aval a outros posts

JENNIFER GULART E SÉRGIO NOVO
jennifergulart@globo.com.br

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) do governo federal decidiu banir a produção de peças nas redes sociais que ironizem o envolvimento do ex-presidente Jair Bolsonaro, familiares ou aliados em investigações da Polícia Federal. A orientação foi alterada depois de uma publicação com indireta ao vereador Carlos Bolsonaro, filho do ex-mandatário, ter gerado cobrança do presidente Lula por explicações e reações negativas até entre governistas.

A nova diretriz ficou evidente na semana passada, quando nenhuma publicação foi feita após a investida mais ampla da operação que mirou Bolsonaro e aliados. No fim de janeiro, Carlos Bolsonaro foi alvo de mandado de busca e apreensão por suposta participação em um esquema de monitoramento ilegal praticado pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A Secom publicou nas redes sociais uma peça com a mensagem "toc, toc, toc", que orientava a população a receber a visita de agentes constitucionais de saúde para combater a dengue.

A publicação foi criticada por integrantes do governo, que mostraram o post a Lula. Em seguida, o presidente pe-

diu explicações ao ministro da Secom, Paulo Pimenta. O mandatário questionou a origem do meme "toc, toc, toc". Auxiliares explicaram que a expressão é usada para simular batidas da polícia na porta do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, preso em junho de 2022 durante a operação da PF que investigava suposto tráfico de influência na liberação de recursos.

Também foram levados a Lula vídeos com comentários que condenavam a estratégia do governo usada na publicação. De acordo com relatos, o presidente afirmou a auxiliares que não gestou da abordagem da publicação. No entanto, ao ser consultado se o post deveria ser excluído, o mandatário reduziu a importância das críticas e decidiu manter a publicação nas redes.

SURFANDO NOS ASSUNTOS

Pimenta deu entrevistas e usou as redes sociais para justificar o post. O ministro alegou que as publicações, para terem engajamento, precisam se valer de "janelas de oportunidades e fluxos que a comunicação digital precisa considerar", disse.

Auxiliares do presidente admitiram que a postagem foi inadequada e fez galardo com um texto sério, que é comba-



Cobrado pelo chefe. O ministro Paulo Pimenta. Secom vai seguir nova diretriz, evitando ironizar adversários

USO DOS CANAIS OFICIAIS



te à dengue. Também avaliam que ofereceu margem para acusação de que a operação da PF que tinha Carlos Bolsonaro como alvo era uma ação política. A Secom não vai, no entanto, abandonar a estratégia de "marketing de oportunidade", com o uso de assuntos que estão em alta nas redes sociais para obter mais audiência. Nos últimos dias, tem feito isso usando, por exemplo, o Oscar e o Big Brother Brasil.

CRIVO DO MINISTRO

A Secom também não deixará de usar ironia de forma geral em peças. A nova orientação, porém, prevê que peças que possam dar margem a acusações de viés político passem pelo crivo de Paulo Pimenta, o que não ocorreu no caso da publicação do "toc, toc, toc".

Em março, o ministro, porém, havia dado aval para uma peça sobre a declaração de imposto que dizia "e aí, tudo joia?". A publicação ocorreu logo após a revelação que o governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente para o Brasil um conjunto de brilhantes recebido pelo ex-ministro Bento Albuquerque na Arábia Saudita, em 2021, e destinado a Michelle Bolsonaro.

Em junho, Paulo Pimenta também autorizou post que dizia "grande dia", ao tratar da redução do preço da gasolina. A publicação foi feita na mesma data em que Bolsonaro foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A expressão era usada com frequência por bolsonaristas para ironizar adversários.